

ou os seus desvios da doutrina social católica». Contudo, como já apontámos, Simpson não fica preso a este argumento reparador, considerando que «existiu também uma genuína comunhão de visões com o Estado Novo», expressa «no empenho comum na afirmação privilegiada do catolicismo como essência espiritual “natural” da nação portuguesa». Esta dualidade de Salazar como «líder regalista e estadista de orientação religiosa pode ser conciliada compreendendo-se as especificidades da sua ascensão ao poder e as origens da sua sensibilidade católica» (p. 243).

Ainda que a divisão dos capítulos facilite o entendimento das linhas temporais analisadas, acrescentamos que a obra teria ficado mais rica (acentuando ainda mais a sua dimensão didática) com uma cronologia onde constassem os principais marcos referidos pelo autor. Em tempo, destacamos também o interesse do apêndice fotográfico (33 fotografias) apesar de algumas imagens serem já bem conhecidas, anotando apenas que a legenda da foto 24 nos parece apresentar uma ironia desnecessária.

Cremos que numa obra com esta qualidade poderia ter sido dispensada a consideração final que procura explicar como a Igreja Católica foi poupada a «qualquer represália política grave depois de 1974» e como se furtou a um «exame de consciência pelo papel que desempenhou na era ditatorial», autocrítica que «continua por fazer» (p. 245). Caberá aos historiadores reclamarem este tipo de exercícios? Será que é esta a conclusão que decorre de uma rigorosa interpretação e compreensão dos fenómenos, como o autor fez ao longo de duas centenas e meia de páginas? Não será um preconceito afirmar que esses exercícios críticos ou autocríticos, de todo, não existiram? Não nos cabe aqui responder a estas três perguntas, mas apenas formulá-las, «pois na dúvida tenho a única certeza», como escreveu Ruy Belo.

Em suma, a obra de Duncan Simpson é um contributo importante para a compreensão das relações Igreja-Estado Novo, pela síntese que apresenta, pela sua tonalidade didática e pela reflexão que decerto suscitará novas investigações sobre o tema.

MENDES, Manuel (Pe.)

*Padre Américo: Itinerário Vocacional.*

Paço de Sousa: Casa do Gaiato, 2014. 366 p. ISBN: 978-972-9156-31-1

ANTÓNIO DE SOUSA ARAÚJO

A editorial da *Casa do Gaiato* acaba de pôr em circulação um volume de mais de 300 páginas, 25 das quais ilustradas e 50 páginas com 633 notas, muitas delas ocupando meia página de texto. Com estes suportes, consegue o A. propor-nos um trabalho sólido como no presente caso se impõe, os estudiosos necessitam e o biografado e a verdade requerem. Nele transcorrem nomes e figuras de personalidades destacadas da sociedade civil e religiosa, do mundo das letras, nomeadamente da história (universitários, professores, bispos, leigos,

sacerdotes, religiosos) e diversos franciscanos, companheiros uns, e outros, admiradores das virtudes e obras do biografado.

A maioria (327) destas 633 notas, reporta-se diretamente aos escritos publicados do biografado, o que demonstra bem até que ponto o A. procurou entender e explicar o pensamento que assinala corretamente o *itinerário* de Américo de Aguiar. Mesmo que uma vez por outra surja algum trecho recorrente, isso dever-se-á ao cuidado do Autor, sempre conciso e concreto, de ser acima de tudo claro, sem jamais correr o risco de parecer apologetico (cf. p. 287). É agradável a apresentação do volume, em cinco capítulos de textos equilibrados, com um enquadramento histórico, o contexto da infância e adolescência do Américo, a sua vida ativa em África, o seu regresso a Portugal e o reencontro com um projeto de fundo, sendo o quinto capítulo uma releitura religiosa do seu itinerário vocacional, compendiado em breves palavras, na conclusão.

Depois destas considerações algo técnicas, ensaiemos agora um fio que nos ligue à figura de quem se fala.

Na verdade, este livro é um importante contributo para nos introduzir no *itinerário* deste homem singular, nascido em Galegos, Penafiel (1887-1956), no percurso da sua vocação à santidade, desde o sacerdócio batismal até à hora do sacerdócio ministerial, ministrado, em 1929, pelo Bispo de Coimbra, e consumado em julho de 1956.

Trata-se do *Padre Américo Aguiar*, excelente imitador dos imitadores de Francisco de Assis, no seu amor a Jesus Cristo e aos pobres e pequeninos. E que pediu ao seu Prelado para que, dispensando-o do direito de património clerical, ou de mesa comum, aceitasse receber em suas mãos os *seus três votos*, com os quais queria viver, por não ter conseguido emití-los, *institucionalmente*, no âmbito da Ordem e Regra de S. Francisco (cf. p. 284).

Para nós este livro constituiu enorme surpresa. Revela-nos um santo “franciscano” moderno. Tão grande ou maior ainda do que aqueles com os quais, durante uns vinte e um meses, cresceu e se aperfeiçoou, em Vilariño de la Ramallosa, na Escola de Francisco de Assis, designadamente o Fr. Manuel Pereira Marinho, e os PP. Frs. Teófilo de Andrade (fundador da Obra das Criadas e 1º Bispo de Nampula) e Luís do Patrocínio, seu mestre de noviços e apóstolo do Vale Miñor, na Galiza. Aí em tempo bem aproveitado, “assimilou com largueza o espírito franciscano” (cf. p. 191).

Mas já desde a escola do lar fora solidamente iniciado nos segredos dos valores do amor e da partilha do pão e da alegria, de tal forma que o seu pai, com os estudos que lhe deu (Colégio de Santa Quitéria, Felgueiras e depois com os estágios de comércio no Porto), quis torná-lo um homem válido, trabalhador competente e honesto, em todas as circunstâncias ou vicissitudes da vida.

O espírito de Américo Aguiar era o de um intuitivo, criador, profundo, reconhecido, generoso, justo. Demonstrou-o tanto nos cargos como nos trabalhos em que se envolveu.

Com uma permanente abertura ao concreto, donde terá talvez retido a ideia tão curiosa como rara da célebre “martelada” que o *impressionou* e marcou. Foi a marca de Deus ou Jesus, análoga à queda de Saulo, ou ao choque do leproso com Francisco de Assis. Será dentro desta linha que julgamos dever afiliar a decisão do capítulo do noviciado de Vilariño que o considerou um *impressionista*, com dificuldades de se adaptar às rotinas da Instituição, e por isso lhe recusou francamente a profissão, aconselhando-o a candidatar-se a sacerdote diocesano ou secular.

---

E é precisamente aqui que está a maravilha. A escola institucional reprovou-o, mas ele, no seu coração e na sua intuição de modo nenhum falhou. Porque, aluno, já de 38 anos, sabia que “nos caminhos do Senhor não há derrotados”. Mais. Perante idêntica recusa do Bispo do Porto, aprendeu e percebeu até melhor ainda que o essencial se prendia com a paciência de Deus. Restava-lhe perseverar e permanecer humilde e atento ao aparecimento do seu “Ananias”...

No momento da *hora* o bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho, aceitou-o no seu Seminário, em outubro de 1925, onde depois do Curso de Teologia, se ordenou sacerdote em julho de 1929, aos 41 anos e a 5 de agosto celebrou missa nova para os familiares, na sua terra natal e na mesma igreja em que, havia 56 anos antes, os seus falecidos pais se haviam recebido em matrimónio.

No jogo das “*marteladas*” [em que não devemos excluir nem a morte da mãe aos 66 anos (1914), seguida da do seu irmão médico aos 31 anos (1916), com a trasladação das ossadas deste (em fevereiro de 1921) nem sequer, e meses depois, o óbito do pai, em 5 de agosto de 1921], ganharam a humildade e a intuição de Américo e a paciência generosa e graciosa de Deus.

Ignoramos até se os seus Ananias não terão estado nas pessoas de diversos franciscanos (D. Rafael, incluído), com destaque para o P. Inocêncio do Nascimento, mediador entre ele e o Bispo (cf. p. 196) bem como o Fr. Manuel Marinho, que muito o animaram em Coimbra, sobretudo nos prolongados tempos do seu esgotamento.

A metodologia do A. para nos descrever o *Itinerário Vocacional* do P. Américo, não teve em vista uma recolha de dados psicológicos, sociológicos ou meramente históricos ou factuais. Procurou captar elementos que permitissem vislumbrar que também nele não se deparava com uma convencional vocação tardia. Partindo de protótipos da santidade bíblica, como os profetas, apóstolos, e particularmente Paulo de Tarso, tenta descortinar na vida de Américo Aguiar um ambiente e um conjunto de comportamentos e palavras que moldaram a sua personalidade, tornando-o um homem enriquecido para uma missão particular e bem definida.

É o benjamim de oito irmãos, havendo sido o primeiro, o P. José, ilustre missionário ordenado em Cochim e depois professor no Seminário de Cucujães. Dispôs-se a, caso o pai o deixasse seguir o sacerdócio, custear os estudos do Américo.

De criança foi começando a aprender a história do lugar de cada um no coração de Deus. E “da eira e das arcas aprendeu a repartir”... (p. 267). A ideia do *faz de conta que era padre* e a alcunha de “*beato*” que lhe puseram, não era uma brincadeira, mas um facto que lhe mostrou bem o seu tipo de sensibilidade: perante os pobres aproximava-se mais e mais do coração de Deus, e notava que havia maior felicidade em dar do que em receber.

A descoberta do valor do pobre não surgiu nele quando já homem feito ou depois de ordenado e em fase de esgotamento (quando até se disponibilizou para arranjar – e que bom cozinheiro que ele era (cf. p. 208) – e servir a sopa dos pobres de Coimbra, mas já de menino. Até nisto o seu natural condizia aliás com uma das praxes típicas da partilha nas portarias dos conventos franciscanos, vg. na de Varatojo: *ex paupertate nostra frangamus Jesu esurienti panem*, podendo com toda a convicção confessar: “O pobre é a minha glória. Os pobres livram ... sempre do mal”, escreveu ele (cf. p. 53). Sobre a graça dos Pobres, pôde dizer ainda tantas coisas como esta: “Ditosos olhos que sabem ver no pobre que passa o próprio Jesus de Nazaré” (p. 110). Durante os tempos de África (1902-1923) soube reservar sempre valores, para partilhar com

necessitados da sua terra natal (p. 111), e soube ser solidário e conseguiu aprender e ensinar que “ser rico não é ter muito dinheiro, mas saber viver com aquilo que se tem” (p. 119).

E foi também com o recurso constante aos seus escritos, porque desde a Teologia em Coimbra, ele revela-se um exímio redator e escritor (cf. p. 212) que o A. conseguiu revelar-nos muito do que é a riqueza interior e a originalidade espiritual e franciscana deste místico, que nos empolga com o seu pensamento e a sua ação. Tem razão quando diz que há ainda filões a explorar para o conhecer melhor (cf. p. 223).

Na verdade, se os assuntos sociais, assinados de Fr. Junípero, in *Lume Novo*, nº 1 até nº 13, de dezembro de 1926 a junho de 1930 na publicação dos alunos do Seminário (cf. p. 212), poderão parecer esquecidos, já assim não sucede a textos do célebre *O Gaiato*, desde 1944, com o ex-libris do “Quim mau” a perturbar consciências acomodadas.

A biografia do Padre Américo é multifacetada e com muitos aspetos inteiramente novos, à luz da sua bibliografia ativa e passiva.

A sua ida e permanência em Moçambique durante uma vintena de anos, dispensou-o de ter de se preocupar com os problemas que em Portugal ocorreram em torno do laicado e do clero em face da República e o novo poder. A Igreja em Portugal considerava-se mais como um poder do que como um serviço de busca e proposta de formas de vida contidas em Palavras e sinais de Deus dirigidos a homens e povos concretos de cada tempo. Esquecida desse serviço de colaboração com o povo, alimentava um espírito de classe denominado *clericalismo*, subentendendo a fatalidade invencível do *anti-clericalismo*, em que o laicado mal sabia que lugar devia ocupar, se é que tinha algum.

O surgimento do Padre Américo foi providencial, exatamente no momento em que em Portugal se reclamava uma nova figura de padre. Descomprometido com todos os poderes, tornando-se próximo e servidor de todos, e especialmente dos mais frágeis e diminuídos, à semelhança aliás dos PP. Francisco Cruz e Agostinho Mota.

Ordenado em 1929, com a sua profissão solene de três votos nas mãos do seu Prelado, e com o seu programa de fidelidade a S. Francisco ele podia ultrapassar de longe a “atualização” do Concílio Plenário Português de 1926, onde os leigos, nem sequer foram julgados dignos de estar presentes *ad audiendum*, nas sessões cuja doutrina seriam convidados a viver e agir.

Na sua vida pessoal e no seu ministério tinha bem em mente o espírito franciscano, quando revelou: “*sinto desejos de ser Francisco de Assis, para abraçar este espaço imenso de luz e de vida, desprendido como o Pobrezinho, de tudo quanto possa ligar a gente às ninharias do mundo*” (cf. p. 284).

O cristão Américo Aguiar, em sua casa paterna, no colégio de Felgueiras, no balcão da loja de ferragens do Porto (1902-1905), viu-se plenamente treinado para princípios de uma carreira comercial de sucesso em serviços de despachante de empresas de Moçambique e da Madeira, e em viagem de negócios a Londres, de 1907-1923, com uma vida digna, solidário e atento à vida e às *marteladas* de Deus. Tudo isso pesou na sua intuição do sagrado, enriquecida ainda com o estágio de vida franciscana e o curso de Teologia em Coimbra, para prosseguir até mais longe o seu itinerário vocacional.

Desconhecemos se ele teve ou não conhecimento da obra que o egresso franciscano pregador, Padre Agostinho Mota estava desde 1923 a promover em Lisboa (Lumiar) no Patronato-Escola Santa Isabel e posteriormente também em Albarraque, onde ainda hoje persiste e se pode dizer que o *método da educação democrática* aí se continua a aplicar.

---

Este método tornar-se-ia famoso desde que o padre belga José Cardijn, em 1912, se dedicou à pastoral de jovens operários: *ver; julgar e agir*, era a ideia aplicável à dinâmica *de rapazes, para rapazes, pelos rapazes*. Ou seja, os rapazes observam a sua situação; trabalham ou descobrem como superá-la; sendo isso apenas possível pelo seu querer e a sua ação.

O padre Américo tornou-se um autor tão desafiante exatamente por se ter disponibilizado a viver livre e integralmente o Evangelho tal qual como ele imaginava como S. Francisco o faria. Considerou-se sempre um rasteirinho, visitador de pobres e reclusos, apóstolo da miséria social, e foi por causa disso por vezes considerado imprudente, indesejável e rebelde.

Os biógrafos dizem o que ele fez, não o que sofreu (cf. p. 251-255).

Com os rapazes ele disponibilizou-se para a alegria da construção da *obra de rapazes, para rapazes, pelos rapazes* ... A sua *Obra da Rua* começará, em plena II guerra mundial, em 7 de Janeiro de 1940 (cf. p. 255).

Com os doentes incuráveis imaginou um *Calvário* ao vivo, onde certamente faltariam muitos dos meios próprios dos nossos atuais cuidados ou serviços continuados ou paliativos. Mas certamente nunca, e na medida do possível, deixaria de faltar uma mão e um rosto amigo por perto para o momento ou festa da despedida, em que se pode descobrir um lucro dessa “Páscoa” sobre a vida.

Mas o A. limitou a sua análise até ao ano 1932 (cf. p. 247) e isto são já assuntos de outras áreas específicas, da sociologia, pedagogia, psicologia ou pastoral, sobre as quais já outros se debruçaram ou debruçarão com trabalhos de teor académico.

E aqui gostaríamos de salientar a ideia de que pelos vistos, a paixão do recém ordenado sacerdote pela Ordem de S. Francisco era tal, que ele requereu depois de ordenado e em finais de 1929, a sua readmissão nela. O provincial Franciscano era já o bracarense P. Fr. Cipriano do Vale, outro homem sábio e santo. Deu tempo ao tempo e em setembro de 1931 entendeu com o seu Definitório indeferir a sua pretensão. Naturalmente tendo em atenção o respeito e gratidão que lhe merecia o Bispo de Coimbra que tão dedicadamente acolheu e ordenou o P. Américo, para honra e glória de Deus, da Igreja, da Ordem Franciscana e até da Nação. Ninguém perdeu. Todos ganharam. E neste passo ainda era segredo de Deus o que ele iria ser ainda nos seus restantes e fecundíssimos anos de vida e santidade. A uma observação do P. José David Antunes, na nota 391, que testemunhava que ele “era tão grande, tão grande que não cabia entre nós. Mas a verdade é que, ao fim e ao cabo, sempre foi para mim um verdadeiro franciscano e não precisamente da Quarta Ordem”, acrescentaríamos que os Franciscanos de Portugal ficariam reconhecidos à *Obra da Rua* pela promoção e introdução da causa da beatificação desde março de 1986, e que, depois da pronunciação das instâncias do Porto, Coimbra e Patriarcado, ficaria dez anos após com processo aberto e validado na Congregação para a Causa dos Santos em Roma.

Um volume que se lê com enorme enlevo; honra o A. e a Editora. Merecia vir a ter o seu complemento relativamente ao período seguinte, *que se estende* até 1956.